

UMA OUTRA ESFERA PÚBLICA É POSSÍVEL? CONSIDERAÇÕES SOBRE A AÇÃO DO FÓRUM SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE NOVA PAUTA MUNDIAL DE DEBATES

Cristiana Lima
Franklin Douglas¹

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como interesse trazer algumas reflexões sobre o Fórum Social Mundial (FSM), especialmente no que toca sua possível influência sobre a formatação de uma esfera pública mundial – hipótese aqui trabalhada. A partir de uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito de esfera pública e sobre a definição de terceiro setor e organizações não-governamentais (ONG's), busca inter-relacionar estes elementos teóricos com a ação do FSM.

Para iniciar tal reflexão, buscou-se também aqui reconstituir breve histórico de como surge e se consolida o FSM. Para tanto, contextualiza sua aparição como decorrente das mobilizações anti-globalização em crescente ascensão no mundo, sobretudo frente à derrocada do neoliberalismo como alternativa viável para o enfrentamento dos problemas da humanidade.

É neste contexto que se percebe a força organizativa do Fórum Social enquanto espaço de debate, reflexão, construção de agenda comum de mobilizações, elaboração de propostas e momento de encontro, troca de experiências e afirmação de contraponto à proposta neoliberal; articulação com capacidade mobilizadora, reflexiva e propositiva com tamanha envergadura até então não imaginável.

Aqui levantamos a reflexão – a partir da reatualizada máxima marxista segundo a qual *o enfrentamento do capital dar-se-á tendo como contraposição a articulação mundial de suas forças contrárias* – que busca compreender como se dá um dos papéis que o Fórum tem desempenhado: o de ser justamente o momento de troca de idéias, posições e argumentos que influenciam – pela força das

¹ Cristiana Lima é assistente social, professora do Departamento de Serviço Social e mestranda em Políticas Públicas (UFMA). Franklin Douglas é jornalista e professor do Departamento de Comunicação (UFMA) e mestrando em Políticas Públicas (UFMA)

mobilizações de massa e pela capacidade de aglutinação – a construção de uma opinião pública mundial e, por conseguinte, dos consensos construídos na própria esfera pública burguesa.

Avançamos, ainda, para a idéia de que o FSM pode ser ele próprio uma nova esfera pública planetária pela qual governos, organizações multilaterais (como a ONU, OMC, FMI etc) têm que passar para legitimar suas ações e projetos. O que impõe uma inédita força de influência até pouco obtida pelos movimentos sociais. Exemplo maior trata-se da própria mudança da pauta de debates do Fórum Econômico Mundial, que, inclusive, foi um dos grandes elementos influenciados pela existência do FSM, a partir de 2001, e que, também, tornou-se um dos defensores de uma das proposta construída no FSM, o de perdão das dívidas dos países pobres.

Entender este novo sujeito coletivo de ação das classes subalternas na sua construção de uma agenda anti-globalização junto à esfera pública é uma das intenções deste trabalho, delimitando – contudo – sua pretensão menor de apenas delimitar o debate, sem querer a ele dar um viés conclusivo. Pelo contrário, este debate apenas está começando e amadurece à medida que se consolida o próprio FSM. Que, devemos considerar, é muito forte, mas também incipiente – dentro do período histórico – para tomarmos a ele como definitivo na linha de organização da resistência neoliberal, ainda que deveras importante.

2 ORIGEM E TRANSFORMAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA BURGUESA

Compreender a constituição da esfera pública burguesa e sua relação com a emergente influência pelo FSM traz a necessidade de reconstrução histórica do processo, entendendo-a como expressão das relações sociais na ordem burguesa. Neste objetivo, entendemos que Jürgen Habermas e Hannah Arendt são referências fundamentais para nossa aproximação com o tema.

São, sobretudo, as reflexões destes autores que nos demonstram que os conceitos de *público* e de *privado* foram sendo, ao longo do tempo, modificados. Como afirma Arendt (2004), a sociedade capitalista imprime mudanças diversas daquelas encontradas no contexto grego, no qual a esfera da liberdade (pública) tinha primazia sobre a esfera da necessidade (privada).

É na Grécia Antiga que se inicia esse processo, a partir do surgimento da *polis*. Aqui, a vida social e as relações entre os homens adquire uma forma nova e a palavra se torna um instrumento político por excelência. Em Habermas (1984), a esfera da *polis*, comum ao cidadão livre, está rigorosamente separada da esfera do *oikos*, de aproximação individual. A esfera da *polis* era a esfera da

liberdade e da continuidade. A liberdade dependia da vitória sobre as necessidades da vida em família. Já as necessidades vitais e a manutenção do essencial para a vida estão ocultos no *oikos*.

Arendt (2004) faz referência à *polis* em confronto com a família como forma de desvendar os traços diferenciados da esfera pública em relação à esfera privada.

Já no feudalismo, havia um entrelaçamento entre o *público* e o *privado*. Será com o surgimento do comércio e conseqüente aparecimento dos burgos que o *privado* passa a ser o espaço do ambiente no qual se davam as relações sociais. Os burgueses, já de posse do poder econômico, necessitavam também do poder político. Assim, a esfera pública vai se modificar conforme a evolução da ordem burguesa (RAICHELIS, 2000). Na Idade Moderna, com o surgimento do Estado, a esfera pública amplia-se, incorporando massas despossuídas e, por isso, intermediando relações de interesses mais complexos entre o Estado e a sociedade civil. A contraposição entre aquele e esta corresponderá, respectivamente, à localização das esfera pública e privada.

O crescimento do comércio, o surgimento das companhias e das sociedades por ações, o desenvolvimento cada vez maior do mercado exterior, vão exigindo maiores garantias institucionais, ou seja, no caso, políticas e militares. Paralelamente, temos o desenvolvimento do Estado-nação, que nacionaliza economias antes mais localizadas, e do Estado moderno como centralização política, com administração e exército permanentes: é a consolidação do chamado “poder público”, sendo, aqui, “público” sinônimo de “estatal”. Portanto, há um fortalecimento do Estado e da burguesia, porém o Estado sendo dirigido pela nobreza e a burguesia sendo privada do poder. Estão aí os elementos fundamentais da contradição que levará ao surgimento da esfera pública burguesa: a força emergente e paulatinamente hegemônica na economia está desprovida de poder político. (ALMEIDA, 1996: 61).

Por outro lado, há a entrada dos trabalhadores na cena política. Numa situação desfavorável na disputa direta na esfera privada contra o capital, os mais fracos vão se contrapor também por meios políticos àqueles que são mais fortes no mercado. Tratava-se, afinal, de cobrar a promessa do Estado burguês de garantia de acesso igual para todos. Portanto, não somente os sindicatos reforçam suas ações no mercado de trabalho, como lutam por conquistas na própria legislação, através dos partidos socialistas.

Assim, o Estado amplia suas funções de estruturação da sociedade civil: confia tarefas públicas a pessoas privadas; coordena atividades econômicas privadas através de planos econômicos; investe na produção e distribuição; regula preços de mercadorias inclusive da força de trabalho; define direitos legais de trabalhadores, inquilinos e outros usuários.

Segundo Habermas, neste sentido “ (...) o ‘*mundo trabalhista*’ se estabeleceu como uma esfera *sui generis* entre o setor público e o setor privado” (HABERMAS, 1984: 181). Entretanto, em geral, as intervenções do Estado, mesmo onde tenham sido obtidas contra interesses ‘dominantes’, estão no interesse da manutenção de um equilíbrio do sistema que não possa ser mais assegurado através do mercado-livre (HABERMAS, 1984).

A moderna relação entre as esferas pública e privada engendra o nascimento do social como resultado da transformação da preocupação individual com a propriedade privada em preocupação pública. Neste sentido, ARENDT (2004) vai afirmar que logo que passou à esfera pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de arrogarem acesso à esfera pública, em virtude de suas riquezas, exigiam dela proteção para o acúmulo de mais riqueza.

A desagregação da esfera burguesa se dá quando na estrutura social emerge um público de pessoas privadas organizadas, substituindo o público composto por pessoas privadas individuais e, assim, destruindo o lugar tradicional burguês. Emergem sujeitos coletivos que passam a assumir a tarefa de realizar mediação entre sociedade civil e Estado. Para Habermas,

O modelo da esfera pública burguesa contava com a separação rígida entre setor público e setor privado; a esfera pública das pessoas privadas reunidas num público, que fazia a mediação entre o Estado e as necessidades da sociedade, era computado ela mesma no setor privado. A medida que o setor público se imbrica com o setor privado, este modelo se torna inútil. Ou seja, surge uma esfera social repolitizada, que não pode ser subsumida, nem sociológica nem juridicamente, sob as categorias do público ou do privado. Neste setor intermediário se interpenetram os setores estatizados da sociedade e os setores socializados do Estado sem a intermediação das pessoas privadas que pensam politicamente (HABERMAS, 1984: 208)

A esfera pública passa a estar representada não só pelos organismos estatais, mas também por organizações sociais que se relacionam com o Estado. É deste processo que surge o debate sobre o “terceiro setor”, que buscaremos abordar a seguir.

3 A ASCENSÃO DO “TERCEIRO SETOR”: CONTEXTO E CARACTERÍSTICAS

A forte crise vivenciada pelo capitalismo, a partir da década de 1930, vai atingir em cheio o sistema capitalista em escala mundial. O que implicará uma ruptura com os princípios do liberalismo clássico. Por um lado, o Capital necessitará da intervenção do Estado para ajudá-lo a sair da crise. Por outro, também utilizará o Estado para viabilizar políticas de proteção social com vistas a enfrentar o

avanço da influência da alternativa gestada no “socialismo real”. Trata-se da implantação do *Welfare State*.

Contudo, na década de 1970, mais uma vez o sistema capitalista mergulhará numa profunda crise de superprodução. O que implicará no questionamento e derrocada do Estado de Bem-Estar Social. Ascenderá a proposta neoliberal. Com ela, as receitas impostas pelo Consenso de Washington: redução de gastos públicos, privatizações, liberalização comercial, desmonte do sistema previdenciário, reforma do Estado baseado na formulação de “Estado Mínimo” – pelo menos para a execução de políticas sociais.

É neste contexto que o “terceiro setor” será legitimado no discurso capitalista como o grande expoente ideológico da resposta dada pelo Capital frente à questão social posta. O debate dominante sobre o “terceiro setor” torna-se, assim, funcional ao processo de reformulação do padrão de resposta às seqüelas da questão social, propiciada no interior da estratégia neoliberal.

Desta forma, o que é chamado de “terceiro setor”, numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e na ajuda mútua. (MONTAÑO, 2002, p. 186)

Na verdade, o discurso do “terceiro setor” leva a uma setorialização de esferas da sociedade através de uma mistificação onde a sociedade civil é definida como “terceiro setor”: homogênea, sem contradições de classe, em busca do bem-comum e trazendo em si a solidariedade. No outro lado, o Estado compreendido como o primeiro setor: ineficiente, e burocrático. E o mercado, o segundo setor: orientado pela procura do lucro.

Ao dividir a sociedade em setores, perde-se de vista a totalidade dos fenômenos sociais, analisando-os de forma isolada, não levando em consideração a relação estreita entre cada um dos setores no bojo da sociedade capitalista.

Assim, o termo “terceiro setor”, como demonstra Montañó (2002), deve-se ao fato de se compreender como funcional ao atual processo de reestruturação do Capital, particularmente no que se refere ao afastamento do Estado de suas responsabilidades, de dar resposta às seqüelas da questão social sendo, portanto, um conceito ideológico, portador da função de encobrir e desarticular o real.

3.1 A diversidade do “terceiro setor”

O crescimento do “terceiro setor” constitui hoje um fenômeno mundial como uma área estratégica da economia social. Contribui para ocultar, sob o discurso do alargamento do espaço público no âmbito da sociedade civil, a desresponsabilização do poder estatal com a questão social cujo agravamento é produto do próprio neoliberalismo, prestando um grande serviço ao capital.

Este “terceiro setor” envolve grupos de pressão e lobbies, ávidos por lançar mão das verbas públicas, direcionando-as para interesses da minoria, em nome de ações mais eficazes. Contudo, há também Organizações Não-Governamentais (ONG’s) que não podem ser incluídas nesta lógica, pois nascem e crescem referidas ao campo das associações e movimentos sociais, demarcando um papel de agente do processo de democratização da participação da sociedade civil. (GOHN, 1997)

A expressão ONG foi criada pela ONU na década de 40 para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada ‘desenvolvimento de comunidade’. O recorte da definição da ONU é dado pela estrutura jurídica: ser ou não ser governo (GOHN, 1997, p. 54)

Se boa parte das ONG’s não trabalham na linha da militância e da politização da sociedade civil, como os movimentos sociais, temos significativa parcela de ONG’s cidadãs que evocam o mundo da política, da participação, do ativismo militante. (GOHN, 1997, p. 54).

São estas que destacamos como principais impulsionadoras do FSM, um novo e amplo espaço de articulação de uma forte e contra-hegemônica opinião pública global, constituindo-se numa espécie de movimento fundante de uma esfera pública mundial. Em suas cinco edições, o FSM consolidou-se como elemento fundamental de empecilho aos processos neoliberais e avanços a propostas alternativas à expansão da chamada globalização excludente. O que trataremos a seguir.

4 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA CONTRA-HEGEMÔNICA

O Fórum Social Mundial surgiu em 2001. Tratou-se de uma iniciativa de Bernard Cassen (Atacc/França) e Oded Grajew (Acives-Brasil) decorrente de uma série de mobilizações que vinham ocorrendo, por parte dos movimentos sociais anti-globalização (mobilizações de massa paralelas às reuniões da Organização Mundial do Comércio-OMS, Fundo Monetário Internacional-FMI, Banco Mundial, Grupo dos Sete países mais ricos-G7, ocorridas em Seattle, Washington, Melbourne, Nice,

Praga etc). A idéia era organizar, em contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que se reúne anualmente em Davos (Suíça), um Fórum onde se discutisse a exclusão decorrente do capitalismo globalizado, a miséria, a fome, a pobreza e suas formas de enfrentamento – o que veio a constituir-se como o Fórum Social Mundial.

O primeiro, ocorrido em 2001 em Porto Alegre (RS), superou todas as expectativas. Mais de 30 mil participantes, mais de 100 países presentes, múltiplas organizações não-governamentais, grande repercussão na mídia tradicional e alternativa. Foi, para muitos, o primeiro momento de saída da chamada defensiva ideológica imposta pela queda do muro de Berlim. Percebeu-se uma nova estratégia de intervenção mundial, articulada sob novos moldes e comportamento político. Afirmou-se como um espaço de articulação anti-capitalista, anti-neoliberal e anti-globalização excludente, sintetizado na frase “Um outro mundo é possível”. Porto Alegre foi escolhida para sediar o FSM em função de tudo isso que os 16 anos de hegemonia de administração petista representava na capital gaúcha.

O segundo e o terceiro FSM, ainda em Porto Alegre, fez crescer ainda mais a importância deste espaço. Ele se constituiu como momento singular de articulação de uma agenda mundial de lutas dos movimentos sociais anti-globalização. Por eles passam o dia mundial de luta contra a guerra, que mobilizou cidadãos e cidadãs em todo o mundo na crítica ao governo americano e à forma Bush de enfrentar os problemas no Oriente Médio. O FSM foi, certamente, fundamental para isolar os Estados Unidos na Guerra contra o Iraque: mobilizações colocaram governos em xeque, como o de Blair na Inglaterra, o de Berlusconi na Itália, levou a vitória oposições identificadas com a resistência a Bush, como Zapatero na Espanha.

Especialmente o III – FSM (2003) foi um momento de total afirmação do próprio FSM: ele autonomizou-se da agenda dos próprios governos que ajudou a eleger a partir do momento que deu repercussão a uma agenda anti-neoliberal que deu fôlego a projetos eleitorais como no Brasil (Lula), na Argentina (Kirstche), no Uruguai (Tabarez), etc. Foi nesta edição que alcançou o número de 100 mil participantes, cadastraram-se 20.763 delegados e 5.717 ONG's de 156 países, 25 mil jovens reuniram-se no acampamento da juventude, 1.423 veículos de comunicação repercutiram sua pauta de debates para o mundo inteiro.

A quarta edição, acontecida em Bumbai (Índia-2004), consolidou o FSM como evento com raiz em cidades que representam alternativa democrática: sua saída de Porto Alegre não enfraqueceu em nada sua força aglutinadora. Pelo contrário, os Fórum multiplicou-se em diversos continentes e temáticas: Fórum Social Europeu, Fórum Social das Américas, Fórum Pan-amazônico, etc. A tal forma que, na sua quinta edição (de volta a Porto Alegre), o FSM decretou-se simultâneo para acontecer ao mesmo tempo, paralelo à data de realização do Fórum Econômico Mundial, nos cinco continentes, em

2006. Serão cinco grande fóruns sociais mundiais, o do continente americano ocorrerá em Caracas (Venezuela).

O V – FSM bate novos recordes de participação: 120 mil participantes, 35 mil jovens no acampamento da juventude, 2.400 atividades, cobertura jornalística vinda de 69 países diferentes, 150 auditórios com capacidade de 50 a 5.000 pessoas. O Fórum acontece ao longo da orla do rio Guaíba, ganhando um grande anfiteatro aberto para 80 mil pessoas. Nesta quinta edição, o FSM torna-se totalmente autogestado: oficinas são auto-organizadas e financiadas pelas ONG's proponentes, painéis e debates auto-promovidos pela organizações envolvidas em propô-los etc. Tudo sob o objetivo maior de acumular reflexão sobre qual deve ser a estratégia de enfrentamento do capitalismo selvagem, representado pela globalização excludente².

Aqui resiste imensas divergências, mas um consenso: o FSM não vota uma estratégia, não define um documento resumo, pois seria a negação de seu próprio motivo de nascer: diversidade, pluralidade, debate de idéias, propostas de enfrentamento a serem testadas, força às organizações da sociedade civil.

Foi esta estratégia que consolidou o FSM como uma espécie de “nova” internacional socialista”, que reatualizou – frente ao capitalismo globalizado – a máxima marxista de “Proletário do mundo, uni-vos!”.

(...) O Fórum foi a explosão do múltiplo e do respeito ao diferente.

Alguém sugeriu que estávamos próximos talvez do espírito que deu origem à Primeira Internacional, quando socialistas e anarquistas conviviam, antes de divisões e intolerâncias que vieram nos momento seguintes. Entretanto, não podemos esquecer eu naqueles tempos, sob o nome ambicioso de internacional, se agruparam representantes de uns poucos países do Ocidente que se industrializava. Agora sim é que estamos diante de um planetário em gestação muito mais abrangente. (SOUZA, 2001, p. 42)

Contudo, O FSM emerge dentro de novos parâmetros em evidente discussão e afirmação. Que não se sabe exatamente onde desembocará, mas se tem uma forte impressão: a constituição da rede de entidades em torno do Fórum já principia uma nova esfera pública de debate dos problemas do mundo. A ONU, enquanto organização de governos e seus acordos internacionais a serem legitimados, já não basta para a construção de uma agenda internacional. O FSM ocupa hoje também este espaço de

² A elaboração deste artigo antecedeu a realização da sexta edição do FSM: pela primeira vez policêntrico (em vários continentes ao mesmo tempo. A do continente americano aconteceu em Caracas – Venezuela). Daí porque não trabalhamos esta última edição.

elaboração de propostas e reflexões. Exemplo são campanhas pela implantação da Taxa Tobin (taxação sobre a circulação de grandes capitais financeiros), a pressão pelo perdão das dívidas dos países pobres (aceita em parte pelo G-7) e as próprias mobilizações paralelas às reuniões oficiais governamentais que impõem à mídia a cobertura não só do ponto de vista do que se tratará pela ótica dos mega-empresários e governantes como também pelo movimento social.

Neste sentido, diversas redes – potencializada pelo avanços de novas tecnologias como a internet – consolidam-se e mantêm sua organização fora do período de realização do FSM. Como a rede de comunicadores, que difundem mundialmente notícias referentes a fatos correlacionados com a pauta do Fórum.

É esta esfera pública mundial que foi constituída pelo FSM. Que supera a sua versão burguesa, na medida que não limita a participação nela somente ao poder econômico de acesso a ela. Que amplia e democratiza a participação social na medida que é fruto da intervenção de milhares de entidades que fazem link entre o primeiro mundo e o mundo dos explorados tanto no financiamento de ações emergenciais quanto na atuação política pela superação desta *status quo*. Que unifica na diversidade e constrói opinião pública mundial contra-hegemônica, como o grande exemplo da Guerra do Iraque.

Estudo mais aprofundado sem dúvida merecem estas indicações, no entanto, elas são suficientes para apontar que algo de novo realmente nasceu com o Fórum Social Mundial: a idéia de que, também, uma outra esfera pública é possível!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gilberto. **Do conceito de esfera pública para a interpretação da cultura democrática.** *Textos de cultura e comunicação*, Salvador, 1996.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**; tradução de Roberto Raposo, 10 ed – Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2004

GONH, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONG's e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização.** São Paulo: Cortez, 1997

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário, 1984

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo, Cortez, 2002

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social.** 2 ed – São Paulo, Cortez, 2000

SOUZA, Luiz Alberto. **Lições do FSM.** *Serviço Social e Sociedade*, nº 66. São Paulo: Cortez, 2001